



SÉRIE A

001961


ESCRITÓRIO REGIONAL: Varginha PROCESSO DE ORIGEM Nº 10040000661/06
NÚCLEO / AGÊNCIA: Poços de Caldas GPMAB: Poços de Caldas

IMÓVEL:	LAT: 0356750	LONG.: 7566250
DENOMINAÇÃO: Fazenda Bom Retiro	INCRA: 441.040.017.598	
MUNICÍPIO / DISTRITO: Caldas	CNPJ: 00.000.000/0000-00	
PROPRIETÁRIO: Carlos Fernando Rodrigues da Paz e O	CPF / CNPJ: 25.913.377/0001-62	
ENDEREÇO: Serra da Bocaina, s/nº	BAIRRO: Zona Rural	
MUNICÍPIO: Caldas	FONE:	CEP: 37780-000

EXPLORADOR:			
REGISTRO Nº-IEF:	CATEGORIA:	CPR:	
NOME: 0 nsemo	CPF / CNPJ:		
ENDEREÇO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	FONE:	CEP:	

SITUAÇÃO DO IMÓVEL (ha)	Área Total Propriedade 36,29,92		
	NATIVA	PLANTADA	TOTAL
Área de Cobertura Vegetal Total	0,30	-	0,30
Área Liberada	-	-	-
Área de Cobertura Vegetal Remanescente	0,30	-	0,30
Área de Preservação Permanente	18,00	-	18,00
Área de Reserva Legal	7,30	-	7,30

TIPO DE EXPLORAÇÃO (ha) (*un)			FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO		(ha)
	NATIVA	PLANTADA	Atividade Minerária		8,00
Intervenção em APP - 8,00 ha					8,00
RENDIMENTO PREVISTO POR PRODUTO / SUBPROD.					
COBERTURA VEGETAL DA ÁREA		(ha)	PRODUTO / SUBPRODUTO	QUANTIDADE	UN.
Capim Brachiária e Arbustos		8,00	Sem rendimento lenhoso	-	-

1ª AUTORIZAÇÃO	1ª REVALIDAÇÃO	2ª REVALIDAÇÃO
EXPEDIDA EM: 15 / 05 / 07	EXPEDIDA EM: / /	EXPEDIDA EM: / /
VENCIMENTO: 15 / 05 / 08	VENCIMENTO: / /	VENCIMENTO: / /
RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA	RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA	RESPONSÁVEL TÉCNICO / CREA
 Benedito Edmilson Ferraz (Proprietário)		

OBSERVAÇÕES: ^{Engenheiro(a) Florestal} CREA 182.442/D Autorizada intervenção em APP numa área de 8,00 ha sem renascimento lenhoso, homologado pela assessoria Jurídica e Supervisão Regional Sul Esta APEF, levanta o embargo do Auto de Infração nº 006283/2005 de 14/03/2007.

[illegible]

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. O proprietário do imóvel, seu representante legal ou explorador deverá obedecer as disposições legais vigentes, bem como as áreas citadas nesta Autorização, sob pena de sua suspensão.
2. Esta Autorização deverá ser acompanhada do Croqui ou Mapa da Propriedade, no local da Exploração Florestal, à disposição da Fiscalização. Estes documentos poderão ser substituídos por cópias autenticadas.
3. No vencimento deverá ser efetuada a revalidação desta, sob pena de sua cassação. Concluída a exploração esta Autorização deverá ser devolvida ao Escritório Florestal.
4. Este documento não acoberta o transporte dos produtos extraídos.
5. O Selo Ambiental Autorizado (SAA) integra a Autorização para Exploração Florestal (Alvará) e completa o Documento Fiscal e a Guia de Controle Ambiental (GCA), onde é afixado.
6. Os Selos serão entregues quando o produto / subproduto florestal estiver pronto para ser transportado, mediante a apresentação do "Alvará" (1ª Via).
7. A prestação de contas do uso dos selos, utilizados ou não, é obrigatória e deverá ser feita no prazo estabelecido pelo IEF.
8. Madeiras nobres ou protegidas por lei, não podem ser utilizadas como lenha nem transformadas em carvão vegetal.
9. Deverão ser preservadas as espécies frutíferas.
10. Não poderão ser cortados: pequizeiro, acaizeiro, ipê amarelo ou qualquer outra espécie protegida por Lei municipal, estadual ou federal.
11. Espécies de corte restrito: palmito, araucária, aroeira do sertão, Gonçalves Alves, braúna ou qualquer outra espécie estabelecida em dispositivo legal.
12. É expressamente proibido o uso do fogo. Excepcionalmente permitido em queimadas quando autorizado pelo IEF através do Comprovante de Queima Controlada.
13. Em declividade de 25° a 45°, não é permitido o corte raso, somente a exploração através de corte seletivo.
14. Não é permitida a exploração florestal em áreas de Reserva Legal (R.L.), correspondente, no mínimo, a 20% da área total da propriedade.
15. Não é permitida a exploração florestal em áreas de Preservação Permanente (P.P.), como:
 - * ao longo de rios ou qualquer curso d'água, na faixa entre 30 e 500m em cada margem;
 - * ao redor das nascentes, olhos d'água, lagoas, lagos, reservatórios (naturais ou artificiais), na faixa entre 30 e 100m;
 - * nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na sua linha de maior declive;
 - * nos topos de morros, montes e montanhas.
16. Legislação Aplicada: Lei Federal nº 6.576/78, Lei Estadual nº 9.743/88, Lei Estadual nº 10.883/92 e Lei Estadual nº 14.309/02, Decreto 437/04.

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES (A critério técnico)

OBS: A área de reserva legal deste imóvel encontra-se demarcada na matrícula nº 8258, com 7,25,98 ha, no mesmo município e bacia hidrográfica. Existem medidas mitigadoras e compensatórias ambientais com termo de compromisso registrada perante o cartório de registro de notas, a ser cumprido.

OBS.: As ações ou omissões contrárias às disposições legais vigentes sujeitam o infrator às penalidades constantes ao anexo do Artigo 54 da Lei 14.309/02, sem prejuízo da reparação do dano ambiental e de outras sanções administrativas e legais cabíveis.

AUTENTICAÇÃO

Ciente: Este documento ser conferido com o original

11 SET 2007

Gerente Luciano Pellissier
Tabelião Substituto
Escritório Público Pellissier

Assinatura do Proprietário

Assinatura do Proprietário

